

O COLAPSO DA GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO VALE DO RIO DAS VELHAS

BH, 30/06/2026 Apolo Heringer. META 2034 Santa Luzia, plenária CBH Velhas/Hotel Floresta Mágica



1. Diagnóstico

O colapso na gestão do saneamento básico na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) fica visível pelo elevado grau de poluição desde a foz do Ribeirão Arrudas, passando pela foz do Ribeirão da Onça até a foz do Ribeirão da Mata, um trecho de 30km de meandros que atualmente está na Classe Quatro da Deliberação Normativa CONAMA 357/2005. Isso significa esgoto com alto grau de toxicidade. Tal evento determinou a perda ambiental de um rio do porte do Velhas, essencial à vida econômica e à saúde da população, uma tragédia em câmara lenta que só não é maior que o ocorrido nos rios Doce e Paraopeba.

A região hidrográfica acima referida, das três bacias que se projetam na calha do Rio das Velhas, abriga aprox. 70% da população e dos impactos ambientais negativos presentes no Velhas, concentrados em apenas 4% da área total da bacia. É nessa região, e no curso a montante, que a META 2034 prioriza centrar esforços de imediato, com o objetivo de atingir a Classe Dois de qualidade da água nesse trecho crítico. Essa estratégia da Meta já aponta para o objetivo, não distante, de enquadrar a bacia inteira em Classe Um e Classe Especial. Esse foco estratégico impactará toda a bacia e seus afluentes, gerando decisivo efeito sistêmico inverso ao que aconteceu na história do Rio das Velhas com a construção de Belo Horizonte.

É na água do rio que se mede a real eficácia do saneamento. O espelho d'água mostra a nossa cara, pois as águas dos rios são informações que fluem. Um absurdo os Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente não opinarem nessas questões e nem se incomodarem com isso. O modelo de saneamento **básico** focado em contratos municipais que não assumem a responsabilidade pela poluição dos rios, são meros negócios com água, de olho nas tarifas a serem cobradas, sem a prioridade da Saúde Pública. Não merece o nome de empresa de saneamento se o rio disser o contrário. O que realmente importa é a preservação dos rios como ecossistemas saudáveis para todos os usos legítimos ambientalmente sustentáveis. Os comitês não têm o direito de agir diferente visando se alinhar aos objetivos das agências empresariais. Cabe ao Estado garantir as decisões dos comitês assegurando a descentralização da gestão das águas, segundo a lei 0433/97. Hoje a expressão saneamento básico se tornou uma linguagem anacrônica, pois está matando os rios e esmagando a economia familiar dos ribeirinhos.

Em contrapartida, a verdadeira essência do saneamento está na preservação **ambiental**, na qualidade dos rios, sem mais conversas vazias e argumentos toscos. Está em jogo a lei de Deus que assegurou o direito natural à água limpa tanto para os seres humanos quanto para os peixes e a fauna silvestre.

2. Quem quer realizar assume Metas, dando prazos para cumprir os objetivos

Em 12 de dezembro de 1897 nascia Belo Horizonte, uma meta cumprida em apenas dois anos e meio de gestação do projeto iniciado em 1895. A construção de Brasília, outra meta dos mineiros, teve início no dia 3 de fevereiro de 1957 e foi inaugurada dia 21 de abril de 1960, em apenas 3 anos, 2 meses e 18 dias. As dificuldades da época eram muito maiores que hoje. Por que Minas anda tão retraída atualmente? Minas foi pioneira quando Henrique Dumont inaugurou a navegação a vapor na bacia do São Francisco, montando aqui na bacia do Velhas o barco importado do Mississipi e rebatizado Saldanha Marinho, nome do governador, partindo de Sabará para chegar em Barra do Guaicuí no São Francisco, *imitando peixes*, vencendo grandes dificuldades por um sonho. Mal de mineiros da gema, seu filho Santos Dumont nascido em 20 de julho de 1873 na Fazenda Cabangu, hoje no município de Santos Dumont-MG, deu inventar uma máquina de voar *imitando passarinhos*, coisa nunca vista no mundo. Então, pergunto, por que não podemos inovar e sermos os primeiros a renaturalizar um grande rio como o Velhas? Oh! Minas Gerais, quem te conhecia não conhece mais!

Finalmente, o presidente Kennedy, surpreendido com o sucesso do **Sputnik**, lançado em 4 de outubro de 1957 pela URSS com Yuri Gagarin dando volta em órbita da Terra, prometeu em 25 de maio de 1961 chegar à Lua, sonho cumprido em 20 de julho de 1969 com Neil Armstrong se tornando o primeiro ser humano a caminhar na Lua em apenas 8 anos, 1 mês e 25 depois. Mas aqui na bacia do Velhas a revitalização não prospera, vai na malemolência de Macunaíma. Enquanto isso a mineradora **Vale**, dá *show* em bater metas de exportação de *commodities* **moendo as serras d'água do Quadrilátero e destruindo dois grandes rios**, e os comitês calados!

A mineradora **Vale** foi uma das fundadoras da **Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo**, em 15 de setembro de 2006 na sede da FIEMG em Belo Horizonte, com esse sugestivo e intrigante nome ecológico. Sem delongas, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH-MG decidiu reconhecê-la como **Agência Peixe Vivo** em 18 de julho de 2007. E assim o Estado abriu mão de seu dever e função constitucional, com essa tal **delegação**, permitindo a **privatização do uso das águas** e gerando um permanente conflito de interesses.

Recentemente, em 11 de novembro de 2025, reunião plenária realizada no Hotel Transamérica em Belo Horizonte aprovou proposta liderada pela COPASA de manter o esgoto Classe Três na RMBH, confirmando encaminhamento da diretoria com o chamado Grupo de Acompanhamento Técnico - GAT. Um retrocesso absurdo. Vejam: na manhã de **22 de março de 2004**, na Praça da Liberdade, presentes o governador do Estado Aécio Neves, o secretário da SEMAD José Carlos Carvalho, o presidente da COPASA, do CBH Velhas, autoridades eclesiásticas, empresariais e imprensa, todos aplaudiram e assumiram com a sociedade o compromisso de trabalhar para atingir o objetivo Classe Dois - nadando na RMBH. O que só não foi plenamente atingido pela protelação e subdimensionamento das obras anunciadas pela COPASA e pelo Governo Estadual nas ETEs. Sendo que a ETE Onça somente foi inaugurada em **2010**, ao final do prazo da Meta 2010, apenas no nível secundário e sem completar a coleta de esgotos residenciais e atacar os lançamentos difusos. A Meta teria sido viável sim, mas faltou seriedade no compromisso. Mesmo assim, um êxito extraordinário de mobilização da sociedade e melhorias da qualidade do rio, conforme mostraremos com documentos oficiais. Mas tivemos que nadar somente em Santo Hipólito no dia 14 de agosto de 2010 às 11 horas com participação dentro do rio de governador, ex-governador, ex-ministro do Meio Ambiente, secretários de estado e de municípios, prefeitos de BH e do interior e centenas de pessoas. Temos os discursos gravados dessas autoridades reconhecendo o feito extraordinário da Meta 2010. E ainda impedimos, por decisão técnica, ambiental e política a construção de um grande lago com barragem devastadora para a volta do peixe e da piracema na calha do Velhas em Senhora da Glória, distrito de Santo Hipólito, a ser construída por projeto da CODEVASF na Fazenda Murici, cortando a bacia do Cipó-

Paraúna do baixo Velhas. A CODEVASF trabalha a serviço da Transposição do São Francisco, reservando água no alto e médio São Francisco em Minas Gerais.

3. As protelações sem fim para cumprir obrigações legais

O Relatório da ECOPLAN foi fortemente questionado nas audiências públicas realizadas em Curvelo, Itabirito e Belo Horizonte nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026 respectivamente. O Enquadramento da bacia não consegue se viabilizar por vícios metodológicos do Relatório. A COPASA ao vetar a Classe Dois no trecho mais poluído da RMBH, criou grande embaraço para o Comitê, que se tornou alvo de muitas críticas, inclusive por desrespeito até mesmo aos prazos finais do acordado pela lei federal do Marco Nacional do Saneamento fixado para 2033 que a COPASA, a ECOPLAN e o CBH Velhas estão empurrando para a década seguinte.

Os conhecimentos acumulados em anos de trabalho pelo Projeto Manuelzão e pela Meta 2010, num trabalho institucional conjunto da UFMG, do Governo estadual, da COPASA e do Comitê não foi considerado nas **premissas da Licitação**. Em todo esse contexto é evidente que há questões não explicitadas ou camufladas envolvendo diversos atores sociais e interesses econômicos na disputa pela água. Qual contribuição consistente e quais dados primários a empresas ECOPLAN deu para o enquadramento da bacia? Qual o foco prioritário da intervenção, prazos necessários e dinâmica processual da revitalização? A ECOPLAN demonstrou ter visão de bacia apenas como insumo de água para usos da grande economia de mercado - menos o pagamento do valor de mercado para essa água bruta utilizada. Sem levar em conta que no território de bacia a biosfera integra terra, vegetação e água formam ecossistemas inseparáveis. Poderíamos ter economizado aprox. 2 milhões de reais com uma Licitação mais competente e pensando no capital de conhecimento acumulado aqui.

A ECOPLAN ao ser questionada pelos movimentos sociais mais fortes da resistência à mineração, mais próximos da capital, ficou na defensiva **se concentrando em alguns territórios que exigiam Classe Especial**. Como fazer enquadramento de bacia somando um amontoado de partes num território com 5 milhões de habitantes, 51 municípios, 29.500km² de área sabendo que o total da Rota da Água se somarmos todos os filetes d'água, córregos, ribeirões e rios superam 20.000km de capilaridade, a mesma distância entre o Polo Sul e o Polo Norte?

E ninguém viu a Serra do Cabral, um santuário ecológico fundamental, mas no interior, longe da mídia e da capital, sendo devastada por monoculturas do hidro agronegócio? A ECOPLAN agiu sob pressão e esse *modus operandi* virou uma “*metodologia*” improvisada tomando todo o tempo das reuniões em exposições enfadonhas mas sem nexo com uma estratégia de enquadramento da bacia, mesmo porque a ECOPLAN não sabia onde ir, se seu trabalho visava a sobrevivência de alguns ecossistemas ou da bacia como um todo, ou garantir interesses de grandes empresas industriais e de “saneamento” que controlam a Agência. Não sentimos clareza e determinação da diretoria do Comitê em acompanhar e dar sentido ao trabalho da ECOPLAN que publicou um catatau inútil de aprox. duas mil páginas, sem objetividade e direção. Inclusive propondo casos absurdos de **transposição de esgotos** por dentro de Unidades de Conservação tentando conciliar com interesses da grande mineração à montante. Os riscos à destruição da bacia do Rio das Velhas pela lama de barragens de rejeitos e ao abastecimento da RMBH, assim como a questão do pagamento de valor de mercado pelo uso da água bruta e estratégias para destravar a renaturalização não foram abordados.

Além de estarmos sem enquadramento, agora vem o pior. No dia 28 de maio de 2026, o CBH Velhas aprovou a outorga nº 7544/2025 para instalação de duas dragas flutuantes de mineração de ouro na calha do Rio das Velhas para revirar o leito em mais de 3,32 km e até 5 metros de profundidade no município de Santana de Pirapama que é lindeiro à bacia do Rio Cipó um dos nossos poucos santuários ecológicos que sobrevivem. Isto significa abrir a porteira para a boiada

passar num rio já exaurido, moribundo. Imagine um doente grave ser condenado a fazer transfusão de sangue e doação de órgãos? Claramente dois pesos e duas medidas. Para **recuperar a bacia**, trazendo de volta os peixes e água de qualidade para os ribeirinhos, após 130 anos de judiação, nunca chega o dia. É sempre impondo mais prazos dez anos adiante! Mas para **degradar**, removendo montanhas, quebrando as caixas d'água do Quadrilátero, lançando esgotos de cidades com milhões de habitantes e centros industriais, é sempre justificável “tecnicamente”. E o Comitê não enfrenta, não muda o rumo. Ou aprova fatos consumados ou sai de fininho dizendo ser um processo democrático.

4. Histórico da gestão do saneamento na bacia hidrográfica do Rio das Velhas

Desde a construção de Belo Horizonte (1895-1897), o abastecimento de água e a destinação dos esgotos foi assumido pelo DEMAÉ (Departamento Municipal de Águas e Esgotos). Em 1963 o governo de Minas Gerais cria a COMAG (Companhia Mineira de Água e Esgoto), que absorve o DEMAÉ. O objetivo da COMAG era definir padrão estadual de saneamento e dar apoio técnico à expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios mineiros. Nesse contexto, os serviços municipais foram tendo que se ajustar a uma legislação estadual. Em 1973, finalmente o governo federal anunciou o PLANASA – Plano Nacional de Saneamento, tendo o Banco Nacional da Habitação (BNH) como principal agente financiador para ampliar as redes de água e esgoto pelo país. Em 1974 a COMAG foi reestruturada e passou a se chamar **COPASA** – Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Em 1996 vivemos uma oportunidade perdida quando foi criado o PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental do Arrudas e Onça. Fato pouco divulgado, gravíssimo, envolveu o Estado e o BIRD. no governo Eduardo Azeredo. Um financiamento BIRD/Banco Mundial de US\$307 milhões de dólares, hoje aprox. R\$1,5 bilhão de reais para construir duas ETEs (Arrudas e Onça) e tratar os esgotos de BH e Contagem. Os responsáveis pelo PROSAM (COPASA, SEMAD, etc) fizeram canalizações de córregos na av. Tereza Cristina em BH e na região do Sarandi em Contagem, que beneficiou muito o mercado imobiliário das regiões - mas zero de ETEs! Em 1998 o BIRD suspendeu empréstimos a Minas Gerais e Itamar Franco reconheceu o problema internacional criado. O BIRD exigiu a criação do CBH Velhas (1996) para a sociedade participar da prestação de contas e Itamar mandou completar as obras com recursos próprios e inaugurou a ETE Arrudas já em 2001. Mas o governador Aécio e a COPASA retardaram a construção e inauguração da ETE Onça que somente se concretizou em 2010, diminuindo em 50% o êxito da Meta 2010.

Como fim de linha de um momento histórico, muito recentemente, em 17 de dezembro de 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou solicitação do governo estadual autorizando a desestatização da COPASA. Em 23 de dezembro de 2025 o governador Romeu Zema sancionou a lei que permitiu o negócio da privatização. E em 3 de junho de 2026, passo decisivo foi dado com a escolha da **holding** EQUATORIAL ENERGIA como investidor de referência. Uma **holding** é uma empresa controladora de outras empresas as quais realizam as atividades operacionais. A venda da COPASA se deu em 12 de junho de 2026.

5. Concessões municipais, COPASA, Licitações e Meta2034

Na gestão ambiental há critérios constitucionais ecossistêmicos já estabelecidos ou de herança consuetudinária. Sobre essa base legal estão já definidos princípios conceituais e metodológicos, a serem respeitados no planejamento ambiental de territórios hidrográficos. Basta acessar as leis federais 8171/1991 da Política Agrícola ou a 9433/97 do SNRH. Não tem lógica técnica e científica aplicar critérios casuísticos separando questões sistêmicas com justificativas improvisadas. Numa licitação para um plano diretor de bacia entre as premissas de enquadramento das águas não poderia faltar a qualificação dos rios como **ecossistemas** a serem

preservados, assim como definições sobre biodiversidade, vazão dos cursos d'água, bioindicadores de saúde humana e não humana como fundamentos da qualidade de vida do ecossistema, sempre priorizando leis científicas mais atualizadas. Sabendo que, legalmente, os usos prioritários mais exigente dos usos da água e rios são para abastecimento humano e dessedentação da fauna, impondo-se a máxima qualidade tecnologicamente existente no tratamento dos esgotos e dos lixos de um município.

Por isso a www.meta2034.com.br não pode concordar com encaminhamentos em relação ao enquadramento da bacia que ignora completamente o aprendizado da Meta 2004-2010 e do CBH Velhas, como os erros metodológicos primários no Relatório refutado nas 3 audiências públicas de abril de 2026. A sua contratação, nos termos da Licitação, não valorizou as condições ecossistêmicas fundamentais da vida de uma bacia, nem o conhecimento prático, conceitual e estratégico local aqui conquistado e comprovado, trazendo uma visão ideológica empresarial que entende as águas dos rios apenas como insumo de produção, sem visão ecossistêmica. E aqui não é apenas minha opinião pessoal, como veremos a seguir.

6. Tese de doutorado de Marília Carvalho de Melo e a Meta 2010

Com o devido respeito à pessoa da ex-diretora do IGAM, ex-secretária de Estado (SEMA) e atual presidente da COPASA na transição de estatal para empresa privada, doutora em Recursos Hídricos, vou citar trechos de sua tese de doutorado pela UFRJ. Apesar das divergências conceituais e políticas dos últimos anos quanto a questão ambiental sob sua gestão, percebi pela leitura de sua tese que, em algumas referências históricas citadas, ela poderia imaginar uma COPASA assumindo a bandeira do saneamento ambiental da bacia do Rio das Velhas até que fosse pela via do interesse empresarial em um *marketing* diferenciado com enorme valor de mercado. Pois nenhuma empresa dita de saneamento no Brasil assume os rios como ecossistemas que precisam continuar vivos e melhorando por serem essenciais à natureza e à vida econômica da população.

Talvez pela esperança de viver um momento mágico vendo o Rio das Velhas vivo de novo, sonho da população da bacia e eixo de atuação do Projeto Manuelzão/UFGM, eu percebi essa brecha quando em reunião ela admitiu essa viabilidade e iria estudar essa questão. Sua tese completa está na web em [segurança hídrica para abastecimento urbano: proposta de modelo analítico e aplicação na bacia do rio das velhas, minas gerais – pec](#)

1.ª parte

Gestão do Conflito; Gestão do Valor da Água Bruta; Governança para Segurança Hídrica. Páginas 167 a 169.

No capítulo **Gestão do Conflito** o primeiro parágrafo reza: “O conflito pelo uso da água pode ocorrer em diversas escalas, sejam conflitos entre usuários da mesma bacia hidrográfica, seja conflito entre bacias doadoras e receptoras, em caso de transferências de água”. E assim, na sequência, a tese não coloca pressupostos ambientais básicos como a natureza ecossistêmica (*viva*) dos rios e a associação intrínseca da biosfera com o ciclo hidrológico. Fica essa visão em separado de questões ecossistêmicas, tratadas como insumos num almoxarifado, sem considerações quanto às suas determinações e limites qualitativos.

No capítulo **Gestão do Valor da Água Bruta**, não dá para reproduzir tudo aqui. Na introdução está: “As ações no âmbito de instrumentos econômicos também exercem um papel importante na consecução dos objetivos para a segurança hídrica. Tradicionalmente o recurso água é considerado gratuito na sua forma disponível na natureza – água bruta. Os custos normalmente

se relacionam a prestação de serviço de água tratada, que mesmo assim, possuem mecanismos tarifários que não refletem o real valor do serviço. No Brasil poucas bacias cobram pela água bruta e os valores cobrados são pequenos em relação a necessidade das bacias, normalmente expressas nos seus planos de bacia.” A seguir: “Assim mecanismos econômicos com a atribuição do valor real da água podem gerar incentivo à eficiência de uso, além de possibilitar retornos financeiros que garantam investimentos em melhoria nos sistemas de água, tratado de maneira abrangente, desde a água bruta, até a água tratada (ROYAL ACADEMY OF ENGINEERING, 2010).” Mais um parágrafo: “A definição do valor da água depende do referencial e local onde será aplicado. Em bacias com altas demandas de água, valores mais altos, para os grandes usuários, propiciam inevitavelmente eficiência e a racionalização do uso. Ou seja, deve-se prever um ajuste de preço para a pressão real sobre recursos hídricos (que muda ao longo do tempo), que depende da relação entre a oferta e da demanda de água (MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT, DE L'ENERGIE ET DE LA MER, 2009, WHITTINGTON; SADOFF; ALLAIRE, 2013)”.

Meu breve comentário é que a tese deixa essa questão em aberto. É notável que não menciona em nenhum momento o **valor de mercado da água bruta**, o que chama a atenção por ser uma gestora respeitada numa economia de mercado. E os empresários fizeram, em passado recente, grandes campanhas para convencer a sociedade do valor econômico da água. Estranhei essa exceção pois a escassez hídrica eleva as tarifas de água, esgoto e energia pagas por toda a sociedade. E, por fim, deve ser considerado que não há só uma economia: os mais pobres estão imersos nela com sua economia familiar produtora de alimentos vendidos nas feiras e mesmo a de subsistência, ou quando vão às compras e pagam suas contas. Mas está havendo almoço de graça só para os mais ricos. Entra em cena grandes segmentos sociais na disputa pela água o que reforça a necessidade de considerar seu valor econômico e o acesso de todos segmentos sociais.

No capítulo **Governança para Segurança Hídrica**, igualmente não aparece a economia da parte mais pobre da população que perdeu o rio e a água. Nem a questão ambiental, ausente em toda a tese. São duas invisibilidades.

2ª. parte

Apêndice 3 – Descrição dos programas de revitalização na bacia do Rio das Velhas Meta 2010 - Navegar, Pescar e Nadar no Rio das Velhas.

Apenas transcrevo o texto publicado na tese:

“Esta Meta (a 2010) foi transformada em um dos 57 Projetos Estruturadores do Governo de Minas em 2007, o que significou prioridade entre os investimentos do Estado. Ocupando apenas 10% da área territorial da bacia hidrográfica do rio das Velhas, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) detém mais de 70% de toda a sua população. Além disso, possui processo de urbanização avançado e concentra atividades industriais, sendo por isso a área que mais contribui com a degradação das águas do rio das Velhas (Do site CBH Rio das Velhas). Portanto, o foco das ações do Projeto de Revitalização da Bacia do Rio das Velhas (a Meta 2010) concentrou-se em obras de saneamento nas principais sub bacias da RMBH, eliminação de lançamentos de esgoto em redes pluviais ou córregos, ampliação da coleta de esgotos (inclusive implantação de interceptores e elevatórias), implantação de estações de tratamento de esgoto (inclusive implantação do tratamento secundário da ETE Onça), revitalização de fundos de vales, educação e extensão ambiental, dentre outras. Vale saber que, em 1999, apenas 1,34% do esgoto coletado na região da Bacia do Rio das Velhas era tratado. Em 2008, a COPASA atingiu o percentual de 57,33% e em 2009 o volume de esgoto coletado e tratado na bacia foi de 64,75%. Em 2010 o índice foi de 71,51% e em 2011 atingiu o percentual de 76,03%. Como consequência

de todas estas ações e vários investimentos políticos, administrativos e financeiros realizados pelo Estado, Projeto Manuelzão/UFMG, diversas prefeituras e algumas empresas, foi observada considerável melhoria na qualidade ambiental da Bacia do Rio das Velhas no ano de 2010. Esta melhoria se refletiu em dados do monitoramento de qualidade da água realizado pela Gerência de Monitoramento Hidrometeorologia do IGAM, os quais mostram melhora relevante nos valores médios de Demanda Bioquímica de Oxigênio. Os dados mostram uma melhora significativa na média de DBO no Rio das Velhas, diminuindo de 15,25 miligramas por litro, em 2003, para 7,6 em 2009. De acordo com a legislação ambiental, o limite de DBO é de no máximo 5mg/L para rios enquadrados em classe II, ou seja, aqueles que permitem o abastecimento para consumo humano após tratamento convencional. Quanto menor o índice, melhor a qualidade dos corpos de água. A diminuição da DBO e o aumento do oxigênio nos rios é um importante fator para a manutenção e reprodução da fauna aquática. Consequentemente, dados do biomonitoramento (ictiofauna) realizado pelo Projeto Manuelzão/UFMG mostram que várias espécies de peixes estão chegando bem próximos às áreas mais degradadas do rio, inclusive na RMBH.”

7. RIO DAS VELHAS - Interesse da população em primeiro lugar

Hoje, estrago feito, custa compreender porque Santa Luzia, Sabará e demais municípios aceitaram receber esses volumes de esgotos por tantas décadas sem reagir, sabendo estarem condenando à morte seu maior rio? E prejudicando a sobrevivência econômica e a saúde da população ribeirinha bem como o desenvolvimento regional de suas empresas. Cabe à população cobrar dos deputados pelos 51 municípios do vale do Rio das Velhas assim como demais autoridades e outras lideranças que a população não aceita perder seus rios. Com um apoio decidido à <https://www.meta2034.com.br/> a gente veria de novo um rio vivo, alimentando a população e a economia familiar ribeirinha. É a maior riqueza existente entre Ouro Preto e o Rio São Francisco. Mais que minério de ferro, ouro, diamante e terras raras.

Os grandes estorvos à recuperação do Rio das Velhas são: **1.** O *desmatamento* sistemático da biosfera negando o valor de flora e fauna e desequilibrando do ciclo hidrológico e do clima, que a monocultura está impondo em grande parte do território da Terra. **2.** Os *esgotos e os lixos* domésticos, comerciais, industriais e de serviços das cidades, sobretudo das maiores; **3.** Os hidro negócios com os sucessivos rebaixamentos das águas subterrâneas que não nos permitem conhecer os impactos cumulativos e sinérgicos sobre o futuro das nossas águas; **4.** As *mineradoras* com barragens de rejeito ameaçando destruir tudo, ameaça apocalíptica maior, podendo levar ao colapso do abastecimento das cidades e zona rural pela morte dos rios; **5.** as *dragas* revirando o fundo dos rios procurando ouro, revolvendo metais pesados adormecidos no fundo, atingindo barrancos com jatos d'água e devolvendo essas areias e terras de novo a um esburacado rio. **6.** A omissão dos municípios na firme defesa da bacia hidrográfica do Rio das Velhas, priorizando política eleitoral pessoal. E, sobretudo, a inércia política em todas instâncias, a cumplicidade dos Municípios com os maus feitos que acontecem nos Três Poderes tanto localmente quando no Estado e em Brasília.